

# O PAPEL DOS ATORES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O ESTUDO DO PROGRAMA QUERO-QUERO

LUCAS ANTONIO PENNA REY<sup>1</sup>;  
PATRÍCIA RODRIGUES CHAVES DA CUNHA (*Orientador*)<sup>2</sup>

<sup>1</sup>PPGCPol/Universidade Federal de Pelotas – lucaspennarey@live.com

<sup>2</sup>PPGCPol/Universidade Federal de Pelotas – pattycunha@yahoo.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da temática do estudo das políticas públicas de educação ambiental, tornada pertinente no cenário mundial, por volta dos anos de 1970, com a organização da Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano, pela ONU, na qual foram deliberados diversos temas, dentre os quais captou-se a visão do ambiente sob a perspectiva da educação. No Brasil, marco notório em relação ao tema desenvolveu-se sob forma de princípio da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, na qual se estabeleceu a oferta da educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como em programas específicos. Na década de 1990, o Ministério da Educação, o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) desenvolveram ações para concretizar a educação ambiental no Brasil, traçando parâmetros curriculares que colocaram o tema como objeto transversal em todas as disciplinas, capacitando os professores e sistematizando as ações existentes. Assim, surgiu a Política Nacional de Educação Ambiental, caracterizada pela ampliação dos espaços e pela multiplicidade dos atores envolvidos. No contexto local do Município do Rio Grande, este possui vocação socioeconômica de vital importância para o Brasil, visto que abriga um dos maiores complexos portuários da América Latina e um grande polo industrial, principalmente ligado ao setor químico. Dentro dessa perspectiva preservacionista, destacou-se o “Programa Quero-Quero: Educação Ambiental em Rio Grande”, desenvolvido com o objetivo central de ampliação da percepção de docentes, alunos e comunidades adjacentes às escolas municipais de que a educação ambiental é fator de transformação econômica e social.

Outrossim, a problematização trazida à tona na pesquisa se dá em torno do seguinte questionamento: qual o papel desenvolvido pelos *atores* nas ações tomadas no processo de implementação do “Programa Quero-Quero: Educação Ambiental em Rio Grande”?

A fim de responder a essa questão, o objetivo do presente estudo é, por meio de análise de documentos oficiais pertinentes ao “Programa Quero-Quero: Educação Ambiental em Rio Grande”, identificar os *atores* envolvidos no processo de implementação do programa e, posteriormente, analisar as formas de ação desses atores conformando-as com a busca por eficácia.

As Políticas Públicas são um conjunto de decisões tomadas por um ou mais atores para a resolução de um problema, com objetivos definidos e articulados e instrumentos para seu alcance (HOWLETT, RAMESH e PERL, 2013; SOUZA, 2006; FREY, 2000; FISHER, 2007; MULLER e SUREL, 2002). Nessa esteira, acredita-se que as políticas públicas são influenciadas pelos seus diversos participantes,

operando interna ou externamente no Estado. Especificamente como política pública de educação ambiental pensa-se serem aquelas ações que estimulam o envolvimento dos educadores e comunidade na questão ambiental, promovendo soluções para problemas de apropriação irresponsável de recursos naturais e humanos. O processo de implementação é a execução de uma política pelos atores ou instituições responsáveis, a fim de atingir os objetivos estabelecidos anteriormente, conforme JANN e WEGRICH (2007). Trata-se, portanto, da aplicação da política pública elaborada relacionando causa e efeito, e cujos resultados – *outcomes* – demonstram o impacto do programa implementado (RODRIGUES, 2010). A etapa de implementação situa-se no modelo *policy cycle* de análise de políticas públicas, precedida pela formulação da política a ser adotada e seguida da fase de avaliação da ação efetivamente realizada. O *policy cycle* é um modelo de análise de políticas públicas dividido em cinco etapas ou estágios, contudo levando-se em consideração o caráter dinâmico e modificacional, e a complexidade temporal da política pública (FREY, 2000).

A fundamentação teórica para a busca da perspectiva traçada é projetada nas percepções de HOWLETT, RAMESH e PERL (2013), SORRENTINO *et al* (2012) e RODRIGUES (2010). De maneira sumária, os autores acreditam que as políticas públicas, em vias de serem formadas pela multiplicidade de atores, agregam uma série de valores entre eles, a serem debatidos para a chegada de determinada ação. Isto é, há a projeção do olhar de ações multicêntricas em que os atores desejam manter seu interesse o mais intacto possível. Dessa forma, dá-se destaque aos atores responsáveis pelas condutas formais de implementação.

## 2. METODOLOGIA

Por intentar compreender as ações dos atores envolvidos em um programa de política pública específico, a metodologia de pesquisa foi iminentemente qualitativa. Fez-se o levantamento e elencou-se os atores formalmente pertinentes à implementação do “Programa Quero-Quero: Educação Ambiental em Rio Grande”. Essa identificação ocorreu por meio de levantamento de documentos formais e oficiais referentes ao programa citado, realizando-se, assim, a análise de conteúdo dos mesmos. Uma vez devidamente identificados os atores, o método procedimental adotado para a persecução da resposta à pesquisa foi um levantamento de documentos e informativos oficiais que versaram sobre a ação desses atores na implementação para posterior análise de conteúdo.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise parcial de documentos formais obtidos sobre o “Programa Quero-Quero: Educação Ambiental em Rio Grande” foi possível identificar alguns dos atores envolvidos na implementação dessa política pública. São eles o Núcleo de Monitoramento e Educação Ambiental (NEMA) - uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIPI) -, o Grupo de Educadores Ambientais (GEA), e diversas secretarias do Poder Público Municipal – de Educação, de Meio Ambiente, de Serviços Urbanos e de Agricultura.

Os dados obtidos permitiram discutir que o NEMA era responsável por assessorar e transformar os professores em educadores ambientais, a fim de aplicar a educação ambiental de maneira transdisciplinar, por meio de projetos. Por meio de reuniões com debates e exposições os profissionais dessa OSCIP proporcionaram uma especialização qualificada aos professores, prestando serviços por meio de contratos anuais com o Poder Público Municipal.

O Poder Público Municipal, por meio de suas secretarias, propiciou projetos dentro do programa, com o intuito de reconhecer e projetar consciência ambiental ao público alvo. A documentação permitiu verificar o investimento em material didático específico para a busca eficiente dos resultados. Dessa feita, foram desenvolvidos diversos projetos da secretaria municipal de educação do município em parceria com outras secretarias, como a reciclagem de material, coleta seletiva e desenvolvimento de hortas.

Assim, tem-se que, sob análise parcial, o programa foi implementado de maneira eficaz, uma vez que, confrontado com seus objetivos, se mostrou comportado ao cumprimento daqueles.

#### 4. CONCLUSÕES

O crescimento e desenvolvimento econômicos irresponsáveis geraram uma necessidade de resposta do Estado, em relação ao ambiente. Dentre essas, a perspectiva ambiental no eixo educacional foi-se ampliando, até tornar-se alvo da visão de políticas públicas específicas. Sendo o Município do Rio Grande um local de intensa atividade socioeconômica, torna-se perceptível a necessidade de implantação de políticas públicas de educação ambiental.

O trabalho mostra-se original, uma vez que capta uma espécie de política pública ainda pouco trabalhada no âmbito da Ciência Política, havendo-se encontrado trabalhos acerca do tema em outros campos de estudo. De igual forma, uma vez caracterizado por uma visão focada nos atores sociais, o estudo apresenta uma perspectiva diferenciada abordando suas ações, o que qualifica sua relevância. Assim situada como política pública essencial à construção de um novo panorama socioambiental, a análise das estratégias dos envolvidos no seu processo decisório se mostra relevante socialmente.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Flavia Sentano *et al.* **Projeto Quero-Quero: propostas de educação ambiental para rede municipal de ensino – Rio Grande/RS.** Rio Grande: NEMA, 2008.

DAGNINO, Renato *et al.* **Metodologia de análise de políticas públicas.** Campinas: GAPI/UNICAMP, 2002.

FISHER, Frank *et al* (org.). **Handbook of public policy analysis: theory, politics and methods.** New York: CRC Press, 2007.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, jun/2000.

- HOWLETT, Michael. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Tradução técnica de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yives. **A análise de políticas públicas**. Traduzido por Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferrado. Pelotas: Educat, 2002.
- PÜLZL, Helga; TREIB, Oliver. **Implementing public policy**. IN: FISHER, Frank *et al* (org.). Handbook of public policy analysis: theory, politics and methods. New York: CRC Press, 2007.
- RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Disponível em: <<http://projetos.dieese.org.br/projetos/SUPROF/AnalisepoliticaspUBLICAS.PDF>> Acesso em: 10 de abril de 2014.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologia, ano 6, n.16, Porto Alegre, jul/dez 2006.
- SORRENTINO, Marcos *et al*. **O diálogo em processos de políticas públicas de educação ambiental no Brasil**. Revista Educação Social, v.33, n.119. Campinas, abr/jun 2012.
- SORRENTINO, Marcos *et al*. **Educação ambiental como política pública**. Revista Educação e Pesquisa, v.31, n.2, São Paulo, maio/ago 2005.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história** – 2ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.